



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11314 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

DA CASERNA PARA AS ESCOLAS: A QUEM INTERESSA A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL?

Zenilda Rodrigues Dias - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Alexandre Adalberto Pereira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DA CASERNA PARA AS ESCOLAS: A QUEM INTERESSA A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL?

INTRODUÇÃO

O presente resumo, tem por objetivo discutir o processo de militarização das escolas públicas brasileiras, buscando analisar os interesses e implicações que surgem com a entrada dos militares nas escolas, tendo como problemática a prática de uma política neoconservadora e neoliberal, evidenciando assim princípios hegemônicos que colocam em perigo direitos fundamentais e preceitos constitucionais, entre eles, a privatização da educação e a retirada de direitos sociais, mais especificamente. Trata-se de ensaio teórico tendo como base de discussão autores que estabelecem relações entre os planos neoliberais e neoconservadores como parte de agenda coadunada nos processos de privatização. Nosso objetivo é responder à questão proposta com a finalidade de contribuir com pesquisa de mestrado em andamento realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, cujo o foco da discussão é a Cultura Militar nas Escolas Públicas Cíveis no Amapá.

Como respostas preliminares compreendemos que a militarização das escolas tem como propósito implementar, no plano pedagógico, a promoção de políticas de deslegitimação das diferenças e homogeneização das identidades com o objetivo de criação de um particularismo aritmético (APPLE, 2003) resultando na criação de um cidadão controlado, padronizado, obediente e competitivo, identidade típica de mercado, e no plano político, a despolitização dos processos educacionais franqueando as escolas a modelos de gerenciamento privatizadores e atípicos (FREITAS, 2018).

É importante destacar, de 1964 a 1985 o Brasil passou por um Regime Militar, o golpe

de Estado, teve impacto significativo no campo da educação, funcionários públicos, professores, alunos ou qualquer responsável por “subversões”, foram punidos, presos, torturados ou mortos. Com base nas institucionalizações concedidas pelo golpe, que instituiu um Estado autoritário, que deu base ao modelo econômico e educacional condicionado e organizado por investimentos estrangeiros. As mudanças na área educacional foram utilizadas de acordo com os interesses dos militares, com a abertura da educação tecnicista, respondendo às necessidades ocorridas com a industrialização, fruto da ação do capital estrangeiro.

Os debates sobre o retorno dos militares para as escolas se faz necessário, considerando que o avanço faz parte das políticas neoliberais conservadoras na educação brasileira. Para tanto, o retorno dos militares ao cenário educacional, ocorre com políticas neoliberais como a privatização e ataques a educação plural e multicultural.

O resumo está dividido em quatro seções, tendo na primeira seção uma breve introdução, na segunda seção faremos uma análise da volta dos militares as escolas, dando destaque as consequências desse retorno, na terceira seção, iremos mencionar a militarização das escolas públicas no Brasil. Na seção quatro é a conclusão do nosso resumo, no qual é possível reafirmar as questões abordadas como o retorno do militares ao poder.

OS MILITARES NA EDUCAÇÃO

É inegável que a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) marcou profundamente a educação brasileira, com padrões voltados para o mercado de trabalho e com ideais neoliberais, era na educação tecnicista, onde estavam presentes esses ideais de fundamentalismo, tendo o objetivo, a organização e a eficiência como princípio. Os militares, deixaram um pouco de lado a educação básica, dando prioridade para o ensino técnico, estimulando a mão de obra qualificada do qual as empresas precisavam.

Privilegiou-se a “formação técnica, treinando mão-de-obra para as multinacionais e desconsiderando o ensino básico. As maiores verbas foram destinadas a educação superior, tentou-se “tecnificar” o ensino, o que resultou em um processo alienante e policialesco dentro das faculdades (CHIAVANETO, 1994, p. 100).

O ajuste do ensino ao ponto de vista taylorista, específica da mentalidade empresarial tecnocrata, exigia uma organização do trabalho pedagógico, bem como um planejamento, além da operacionalização dos objetivos desejados, tendo o princípio empresarial típico do capitalismo com intuito de acatar às exigências de uma sociedade industrializada e tecnológica

A política educacional no Regime Militar vai se pautar ainda, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada “teoria do capital humano”. Nesse sentido, tenta estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação a produção. (GERMANO, 2011, p. 105).

Tendo como objetivo o desenvolvimento de mão-de-obra especializada em curto prazo

de tempo, objetivando o mercado em crescimento, de tal modo, que o aluno passou a ser o fundamental para o governo, para suprir às necessidades referentes a economia brasileira.

As políticas públicas neoliberais

É impossível separar a política educacional do neoliberalismo econômico e social, visto que foram criados para fins semelhantes e juntos tem colaborado de forma expressiva para aumentar as desigualdades sociais da grande massa da população, que vive a serviço de uma política assistencialista. Nesse sentido, essas políticas:

[...]resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, (BARROCO, 2011, p. 206).

Por outro lado, as desigualdades sociais que são vivenciadas na atualidade acontecem principalmente em consequência do modo de produção capitalista que beneficia a classe detentora dos meios de produção em detrimento da classe trabalhadora, isso ocorre por meio da exploração, dominação e produção de mecanismos de construção das situações sociais e econômicas, que contribui para a continuação da classe dominante no poder.

A efetivação do neoliberalismo no Brasil não está restrita apenas nos governos de direita, considerando que ocorre em governos de forte oposição partidária, como no caso do governo petista. As parcerias público-privado na execução das políticas educacionais, estão presentes em todos os tipos de governo, como podemos citar o Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um exemplo dessa política neoliberal, no qual o governo tem a aquisição de um produto educacional do setor privado, assim como tantas outras parcerias.

Esse programa prevê a concessão de bolsas para alunos carentes por parte de instituições particulares de ensino superior, em troca da isenção de determinados impostos federais, o programa traduz conquistas sociais, enfatizando sua dimensão pública, e, de outro lado, ganhos para o mercado, enfatizando sua dimensão privada” (VELOSO, 2015, p.241).

Dessa forma, a justificativa pela universalização da educação básica, tem por motivo indicar uma formação para o sujeito ligada a reorganização na produção do capitalismo, o qual necessita de obra especializada a fim de satisfazer o capital que cada vez mais busca inovar nas áreas de reprodução.

A privatização da educação

A privatização por sua vez, também é um dos objetivos das políticas neoliberais, no entanto, é fundamental, entender que privatização confere a transferência das atribuições e responsabilidades dos órgãos públicos para as organizações privadas, isto significa, que o poder público transfere a responsabilidade da educação para o setor privado.

A crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação (MÉSZÁROS, 2005, p. 16).

A privatização da educação no Brasil, tem nos grandes grupos privados, os maiores apoiadores e incentivadores desse modelo de educação, esses grandes grupos têm se mobilizado para influenciar nas políticas públicas para a educação, essas políticas ou programas privatistas, interpostos pela ordem do modelo neoliberal, agem na educação pública, envolvendo e visando cada vez mais para o processo de mercantilização, modificando e tornando a Educação em mercadoria para responder aos interesses do Capital por meio das ações legais e políticas do Estado.

A questão, portanto, não tem apenas um lado econômico, como querem fazer parecer os empresários. É também ideológica, no sentido de dar garantias à defesa da apropriação privada e sua acumulação contínua que, nas formas democráticas liberais vivenciadas, não teria demonstrado estar suficientemente protegida ou seria ineficaz para barrar reivindicações de grupos organizados, que promovem a cooptação de políticos contra o livre mercado. (FREITAS, 2018, p. 23).

Além do mais, o olhar privatista adota como verdade, que uma ascensão da média de desempenho dos alunos de uma escola constitui que ela tem mais qualidade. Isso é uma mentira, considerando que existe uma variedade de situações que vão inferir no desempenho do aluno, nesse sentido, Freitas (2018) destaca que:

Nessa concepção excludente, “melhora-se” a qualidade da escola fechando aquelas que não apresentem índices satisfatórios, eliminam-se estudantes submetidos a testes padronizados estreitos e sucessivos e demitem-se professores que não são considerados eficientes. (FREITAS, 2018, p. 129).

A exemplo o Índice de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, verifica somente o resultado do aluno em duas das disciplinas, avaliando ainda que os indicadores quantitativos não têm sentido sem indicadores qualitativos complementares, seriam necessários vários indicadores diferentes para que possa ter uma visão mais adequada da qualidade da escola.

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Apesar das discussões sobre a crescente onda de escolas militarizadas no Brasil, o processo de militarização já vem ocorrendo há alguns anos, ganhando mais intensidade com a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018. É importante destacar que a ampliação do modelo de militarização nas escolas públicas, iniciou-se no final da década de 1990, no Estado de Goiás, ganhando intensidade no início desta década, é possível encontrar as escolas militarizadas presente, atualmente, em muitos estados e municípios. No entanto, é necessário pensar que a militarização serve a um propósito, que são suas ideologias e a doutrinação com ideais conservadores.

O movimento neoconservador ganhou consistência, amplitude e visibilidade no campo educacional pelas ações conhecidas como ‘escola sem partido’ que, de certa forma, se disseminou no país por iniciativas legislativas, em diversos entes federados, para efetivar limites a uma suposta doutrinação dos docentes (MARTINS, 2019, p. 690)

Deve-se compreender que há diferenças nos formatos de escolas, outra importante informação a ser feita é sobre a diferença entre escolas militares e escolas militarizadas. Sendo que escolas militares são administradas pelas forças armadas, com objetivo de atender

os filhos dos militares e seus dependentes, com a finalidade em seguir a carreira militar, as escolas militarizadas, por sua vez, foram criadas com o viés ideológico conservador com o discurso de conter a violência e atender aos alunos e com vulnerabilidade social e são administradas por militares da polícia militar e corpo de bombeiro em parceria com a secretaria de educação.

A escola que incorpora a cultura militar, dentro dos seus espaços educativos, congrega uma atmosfera de rigidez e obediência que impede coercitivamente o conflito, com a justificativa de conservar seus estudantes bem longe e seguros da “cultura da rua”, bem como a reserva de atitudes e costumes de ser adolescente que identificam as culturas juvenis. Abramovay, alerta para os riscos dessa perspectiva:

[...] retirar da escola a condição de produtora de violência não dá conta da complexidade da problemática, pois a violência na escola é um fenômeno múltiplo, com muitas facetas, que assume determinados contornos em consequência de práticas inerentes aos estabelecimentos escolares e ao sistema de ensino, bem como às relações sociais nas escolas. (2013, p. 238).

Nesse sentido, o imaginário social das famílias que têm seus filhos em escolas militarizadas, é que os mesmos serão disciplinados e procuram conservar esses princípios como seu empenho principal.

A padronização e a homogeneidade como forma de controle

A padronização na educação está muito além da militarização ou na padronização do comportamento, é impossível falar de padronização na educação e não discutir sobre o problema da aceitação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, considerando que a BNCC é por si padronizadora tendo 60% do conteúdo fechado na padronização, permitindo outros 40% de especificidade fora dos processos de avaliação. Nesse sentido essa padronização da educação é encarada como contrária da diversidade. A luta contra a adoção de um modelo único de educação e de avaliação precisa ser discutido em todos os segmentos.

A diversidade curricular está presente em todos os setores sociais, e como faz parte do acontecer humano, cabe a escola trabalhá-la, uma vez que é nela que as diferentes presenças se encontram. Por isso essa diversidade deve estar inserida nos currículos escolares onde há várias concepções, posicionamentos e pontos de vistas teóricos. Os currículos apresentam aspectos políticos, considerados como atividades produtivas no meio social (BASTOS, 2017 p.

Se por um lado a educação é vista como um meio para atingir os objetivos das políticas neoliberais, por outro lado é vista como mercadoria, considerando uma das finalidades introduzidas com a privatização é abrir o caminho para a entrada das grandes empresas. A padronização da Base Comum Curricular é um exemplo que proporcionou condições de produzir os materiais didáticos em escala nacional, sem mencionar a entrada de grandes corporações estrangeiras que veem o Brasil como um potencial mercado educacional em acessão.

A padronização por sua vez, está ocorrendo dentro dos currículos escolares, por outro lado, é necessário discutir também sobre a homogeneidade, uma vez que o Brasil possui uma

grande riqueza cultural, que acaba por definir a nossa identidade como multicultural.

A cultura está presente nos mais variados grupos sociais, tendo em vista que, cada grupo social carrega consigo valores, costumes, crenças, visões de mundo, entre outros que são transmitidos de geração em geração aos membros do grupo “[...] a cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, política, religiosa, intelectual” (CHAUI, 1995, p. 295).

Se por um lado a diversidade está em constante discussão e evolução, por uma escola mais democrática que respeite e valorize essa diferença, a militarização das escolas públicas civis, por sua vez, é tema que gera opiniões divergentes. A militarização das escolas públicas reforça a homogeneidade existente dentro do espaço escolar, introduzindo uma cultura com padrões de comportamento, que devem estar de acordo com a cultura militar imposta dentro dessas escolas.

[...], houve um entendimento, por parte de grupos conservadores, de que os movimentos pelos direitos civis e sociais, marcantes nos anos de 1960, haviam provocado uma degeneração social e era preciso retomar valores que tinham como base, centralmente, a família, a moral e o indivíduo. (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 4).

É importante destacar que essas características família, moral, pátria, são princípios defendidos no conservadorismo, no qual tem relação direta com as políticas neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quem interessa a militarização da escola pública? Interessa aos grupos neoliberais que veem na militarização a possibilidade da privatização da educação pública com apoio da comunidade escolar, interessa aos grandes grupos empresariais que enxergam o quanto a militarização é um mercado lucrativo, bem como atende à necessidade das ideologias neoliberais e conservadoras.

É evidente que o retorno dos militares para as escolas é preocupante, no entanto, não é nenhuma surpresa considerando a atual conjuntura política do país, bem como as políticas neoliberais existentes com a proposta dos programas de extrema direita do governo federal. Todavia que o processo de militarização é, então, colocado em evidência, admitindo semelhanças com a pauta especialmente de dois dos principais grupos que formam a aliança neoliberais e neoconservadores. Tratar a militarização como um exemplo do avanço de políticas conservadoras na Educação Básica, sobretudo destinada à etapa do Ensino Fundamental, assim como os movimentos de privatização da educação através dos grandes grupos internacionais para fins mercadológicos.

Não se pode negligenciar as implicações desse acordo entre o produtivismo dessa política neoliberal e as disciplinas impostas nessas escolas como política de controle, considerando que são trágicos, pois, para se assegurarem da produção e necessária conservação de discursos de exaustão da gestão pública. Nessa perspectiva a parceria entre militares e as secretarias de educação é uma afronta e não passa de um adestramento por meio do controle, com a finalidade com a entrada de instrumentos disciplinares.

Por fim, é importante apresentar a existência de alguns mecanismos excludente de

controle, um voltado para a continuação do resultado meritocrático, aos pressupostos produtivos liberais e outro pelo silenciamento aplicado com a justificativa da ordem, da disciplina e no combate a violência.

Palavras-chave: Militarização, privatização da educação, políticas neoliberais, neoconservadorismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (2013). **Juventudes e Violências nas escolas**. Revista LES – Linguagens, Educação e Sociedade, Dossiê Educação e Juventudes, 18(Especial), 229-250.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Introdução ao Currículo e Diversidade no Cenário Brasileiro**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 22-30 Jan de 2017. ISSN: 2448-0959.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHIAVENATO, Julio José. **O golpe de 64 e a Ditadura Militar** –São Paulo: Moderna, 1ª edição, 1994.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5ª ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Iana Gomes de e Hypolito, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. Educação e Pesquisa** [online]. 2019, v. 45[Acessado 16 jul 2022], e190901. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>. Epub 15 Ago 2019. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>.

MARTINS, André Antunes, **Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico militares e o simulacro da gestão democrática**, RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

VELLOSO, Ellen Ribeiro; OLIVEIRA, Nathália Pereira de. **Nós perdemos a consciência?** apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. Goiânia, PENSAR, 2015.